



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional  
Sub-eixo: Trabalho Profissional

## O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESPÍRITO SANTO

MARIANA FORNACIARI FAVARATO<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objeto de estudo o trabalho de Assistentes Sociais na Política de Educação, particularmente no ensino fundamental, nos municípios do Espírito Santo. Busca caracterizar e compreender o trabalho destes profissionais a partir da apreensão da categoria trabalho e processo de trabalho tendo como base os Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação de 2013.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Política de Educação. Ensino fundamental. Processo de trabalho.

**Abstract:** This research has as study object the work of Social Workers on Education Policies, particularly on Fundamental Education, in Espírito Santo's cities. It pursues to characterize and understand the work of these professionals from the apprehension of the work category to the work process based on Subsidies to the Performing of Social Workers on 2013 Education Policies.

**Keywords:** Social Service. Education Policies. Fundamental Education. Work Process.

### I. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto o trabalho de assistentes sociais no âmbito da Política de Educação, particularmente na etapa de ensino fundamental nos municípios do Espírito Santo<sup>2</sup>. Atualmente, o debate sobre o tema Serviço Social e Política de Educação tem tido grande destaque tanto nas entidades quanto na categoria profissional. Nesse sentido, optamos por debater esse tema no Espírito Santo a partir do trabalho realizado por assistentes sociais nas secretarias municipais de educação. Assim, entre os anos de 2014 e 2015, realizamos um mapeamento no estado e identificamos quatro municípios que contavam com assistentes sociais trabalhando na secretaria municipal de educação e que atuavam na etapa de ensino fundamental, perfazendo um total de cinco assistentes sociais inseridas nessa etapa de ensino.

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. E-mail: <marianaffavarato@yahoo.com.br>

<sup>2</sup> Este texto é parte de nossa pesquisa de mestrado defendida em 2016 no Programa de Pós- Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, que teve como título “O Trabalho de Assistentes Sociais nas Secretarias Municipais de Educação do Espírito Santo”.

Apesar do pequeno número de municípios do Espírito Santo que na época contavam com assistentes sociais na Política de Educação municipal, Piana (2009) destaca que a partir de meados dos anos 1990 o interesse da categoria pela área educacional tomou maiores proporções em seu aspecto teórico metodológico, como objeto de pesquisa e campo de atuação, em especial na política pública para integrar equipes multiprofissionais. Contudo, desde os primórdios da profissão há uma vinculação do Serviço Social com a Política de Educação demandada pela classe dominante para a formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, especialmente para manter um tipo de escolarização necessária para a reprodução do capital (CFESS, 2013).

O interesse pela Política de Educação aponta para o amadurecimento teórico-político do Serviço Social em torno da discussão sobre Política Social, além da própria organização política da categoria com a consolidação do projeto ético-político profissional com vistas a um novo projeto societário, em que a luta pela conquista da cidadania se tornou um componente fundamental para sua unidade (ALMEIDA, 2003). lamamoto (2009) destaca que desde o movimento de reconceituação o Serviço Social latino-americano está reconstruindo uma face acadêmica, profissional e renovada voltada para valores democráticos e em defesa da cidadania, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça social. E isso não tem sido tarefa fácil para a categoria profissional, em tempos de mundialização financeira e aprofundamento das relações sociais do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, pensar o trabalho de assistentes sociais na política educacional requer compreender os limites dados pela atual conjuntura capitalista de restrição e redução de direitos (BEHRING; BOSCHETTI, 2007), que influenciam na configuração da política educacional e no trabalho profissional, não só da assistente social<sup>3</sup>, mas de todos/as os/as profissionais comprometidos/as com uma política educacional pública, laica, presencial, de qualidade e gratuita.

Para pensarmos o trabalho de assistentes sociais na Política de Educação, e mais especificadamente, na etapa do ensino fundamental, partimos de dois elementos que consideramos centrais na análise: apreender o Serviço Social como trabalho e a “prática profissional” como processo de trabalho. Além disso, buscamos fundamentar nossa apreensão do trabalho do Serviço Social na Política de Educação considerando

---

<sup>3</sup> Nesse texto optou-se por usar o gênero gramatical feminino para fazer referência às categorias profissionais predominantemente femininas, tais como: assistente social, pedagoga, professora, entre outras profissões.

alguns elementos dos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação que particularizam o trabalho profissional nesse espaço sócio-ocupacional.

Para compreendermos ainda o trabalho do Serviço Social nessa área de atuação nos municípios do Espírito Santo levamos em consideração a atual configuração da sociedade capitalista e suas mudanças e como essas interferem na Política Social, na Política de Educação e nos processos de trabalho desenvolvidos pela assistente social.

## **II.METODOLOGIA DA PESQUISA**

Para a realização da pesquisa utilizamos o método crítico-dialético. Esse tipo de método é essencialmente relacional, entende que as ações humanas não podem ser compreendidas sem sua relação com a cultura e as estruturas sociais e políticas (ALVES-MAZOTTI, 1998). E ainda, que a sociedade é uma totalidade concreta e articulada e está sempre em movimento, sujeito a transformações e mudanças, sendo assim, entende que o mundo não é um conjunto de coisas acabadas (NETTO, 2011). Além disso, esse método nos permite ir além da aparência, imediata e empírica, e apreender a essência do objeto (NETTO, 2001). Desta forma, a análise do trabalho das assistentes sociais no ensino fundamental não pode estar descolada de uma totalidade maior que considera a estrutura e as determinações da sociedade capitalista, suas contradições, mediações e suas transformações contemporâneas, principalmente no que se refere aos limites dados pela atual conjuntura capitalista de restrição e redução de direitos. Partindo do pressuposto que esta pesquisa exploratória não tem a finalidade de verificar teorias e nem de fazer generalizações, mas contribuir para a compreensão e análise de uma lacuna no conhecimento, verificada após revisão da literatura sobre o tema, adotamos na pesquisa a abordagem qualitativa.

Utilizamos para a coleta de dados a pesquisa documental e a entrevista. O objetivo da pesquisa documental foi de analisar os elementos dos Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação presentes no cotidiano de trabalho das assistentes sociais que trabalham na política de ensino fundamental nos municípios do Espírito Santo. Além disso, buscamos analisar como as assistentes sociais estão se apropriando do debate contido no documento.

A pesquisa teve como sujeito as assistentes sociais que trabalham no ensino fundamental nas secretarias municipais de educação do Espírito Santo. Para

identificá-las, contatamos, no período de outubro de 2014 a junho de 2015, por meio de correio eletrônico e/ou telefone, todas as secretarias municipais de educação do Espírito Santo. Esta abordagem teve como objetivo identificar quantos municípios havia a presença de assistentes sociais na equipe de educação. Do total de setenta e oito municípios do estado, obtivemos retorno de setenta e um municípios, e desses, somente sete informaram contar com assistentes sociais na política municipal de educação, sendo um total de dez assistentes sociais.

Contudo, quando nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, voltamos a contatar os municípios que informaram haver assistentes sociais na secretaria de educação para marcarmos entrevista com as profissionais, dos sete municípios, que inicialmente informaram contar com assistente social na secretaria de educação, somente quatro informaram ainda haver assistentes sociais trabalhando no ensino fundamental. Segundo informações das secretarias de educação algumas assistentes sociais não tiveram o contrato renovado e outras foram exoneradas a pedido. Sendo assim, identificamos somente cinco assistentes sociais, em quatro municípios, atuando no ensino fundamental nas secretarias municipais de educação do Espírito Santo. Dessas profissionais contatamos por telefone para marcarmos entrevista, porém uma das profissionais, por ter pouco mais de um mês de atuação na educação, preferiu não nos conceder a entrevista. E outra profissional não conseguimos contatá-la, apesar de várias tentativas e recados deixados na secretaria. Sendo assim, constituíram sujeitos da pesquisa três assistentes sociais que atuam na etapa de ensino fundamental nos municípios do Espírito Santo.

Assim, tendo como objetivo central identificar e compreender o trabalho das assistentes sociais na etapa do ensino fundamental no Espírito Santo foram realizadas entrevistas com as três assistentes sociais inseridas nesta área de atuação.

Utilizamos a entrevista semiestruturada como instrumentos de coleta de dados com os sujeitos da pesquisa. As entrevistas foram marcadas por telefone e/ou correio eletrônico no dia e horário escolhido pela entrevistada, foram gravadas e transcritas na íntegra por nós.

Após a transcrição das entrevistas, realizamos a análise dos dados da pesquisa. Para a análise das entrevistas utilizamos a análise de discurso. Para a análise dos dados dividimos o conteúdo das entrevistas em seis elementos, onde as categorias trabalho, educação e processo de trabalho perpassaram a análise do discurso das assistentes sociais entrevistadas. Destacamos os seguintes elementos de análise: precarização

do trabalho; concepção de educação; expressões da questão social que constituem objeto de intervenção profissional; instrumentos de trabalho utilizados; ações realizadas e resultados/produtos do trabalho do Serviço Social; conhecimento e importância dos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação para a atuação profissional. Apropriamo-nos ainda do conteúdo dos Subsídios a partir de dois elementos para a análise: concepção de educação e particularidades do trabalho de assistentes sociais na Política de Educação.

É importante destacarmos que os quatro municípios que possuem assistentes sociais no ensino fundamental são do interior do estado e possuem uma economia predominantemente de serviços e com uma população em média de trinta e cinco mil habitantes, com exceção de um município que possui mais de cento e vinte mil habitantes<sup>4</sup>. A rede municipal de ensino de cada um desses municípios, que inclui educação infantil e ensino fundamental, conta com aproximadamente 25 escolas com uma média de cinco mil em cada rede de ensino, com exceção de um dos municípios que possui uma rede municipal com aproximadamente noventa escolas e uma rede de mais de quinze mil estudantes. Sobre as assistentes sociais, é relevante destacar que foram contratadas através de concurso público para uma carga horária média de trabalho de trinta horas semanais<sup>5</sup>.

Essas características serão fundamentais para evidenciar as condições para o exercício profissional no ensino fundamental. É importante destacarmos a desproporcional relação entre a quantidade de profissionais e a quantidade do público alvo de sua intervenção, o que interfere na qualidade do trabalho realizado. Dos três municípios pesquisados, dois têm somente uma assistente social para atender toda a rede pública municipal de ensino, sendo que um município conta com noventa escolas, com uma estimativa de quinze mil estudantes. E outro município conta com uma rede de 26 escolas, com aproximadamente seis mil estudantes.

### **III.RESULTADOS DA PESQUISA**

Destacamos inicialmente que a pesquisa nos mostrou uma produção teórica incipiente do Serviço Social na área do ensino fundamental, e ao mapearmos o número de profissionais no Espírito Santo, identificamos que é reduzido o quantitativo de municípios que contam com assistentes sociais trabalhando nessa etapa de ensino.

---

<sup>4</sup>Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=32&search=espírito-santo>. Acesso em maio/2016.

<sup>5</sup> Dados informados pelos sujeitos da pesquisa.

Ao iniciarmos a pesquisa em 2015, identificamos que dos setenta e oito municípios do Estado do Espírito Santo, somente dez assistentes sociais trabalhavam em sete municípios do estado. Em 2016, a pesquisa revelou que somente quatro municípios do Estado contavam em seu quadro com assistentes sociais nessa etapa de ensino. Nesse cenário, identificamos que foi reduzido de dez para cinco profissionais de Serviço Social no quadro de funcionários das prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo que atuavam no ensino fundamental.

Isso nos remete a alguns questionamentos, principalmente em relação ao trabalho do Serviço Social no ensino fundamental no estado do Espírito Santo, que não foram possíveis responder: será que nós assistentes sociais estamos conseguindo exercer um trabalho nesse campo de atuação que realmente mostre a sua importância? Ou estamos realizando um trabalho dispensável? As outras profissionais do ensino fundamental percebem a necessidade desse trabalho? E o que esperam do nosso trabalho? Ou as assistentes sociais estão realizando um trabalho que “incomodam”, que questionam o que está posto?

Nossa experiência nos mostra que por vezes as outras profissionais tradicionais da educação, por falta de clareza sobre o trabalho do Serviço Social, veem o trabalho da assistente social como salvacionista, como aquela que resolverá os problemas de uma família que não se “ajusta” ao modelo da escola. Nesse sentido, essas profissionais acabam tendo suas expectativas frustradas quando a assistente social não “soluciona” esse tipo de “problema”.

Assim, se faz necessária uma maior compreensão por parte das outras profissões sobre o trabalho do Serviço Social. Isso perpassa também pelo próprio entendimento de nós profissionais quanto ao nosso trabalho no ensino fundamental e por uma maior apreensão do nosso fazer enquanto um trabalho que está inserido em processos de trabalho, e que por isso tem suas particularidades na Política de Educação e ainda sofre as determinações das relações sociais capitalista.

Por isso, para análise do trabalho de assistentes sociais no ensino fundamental nos municípios do Espírito é importante termos clareza sobre as algumas mudanças na Política Social e na Política de Educação nos últimos anos, para que assim melhor compreendermos a dinâmica das transformações societárias, e como interferem no trabalho e nos processos de trabalho desenvolvido também pelas assistentes sociais.

A precarização do trabalho é uma das consequências dessas mudanças, ela que se concretiza, além de outras formas, na sobrecarga de trabalho, como mostrou nossa pesquisa, e desafia a realização do trabalho concreto do Serviço Social. Isso porque apesar da assistente social ter a capacidade de apreender a crítica do cotidiano e ultrapassar a aparência que se apresenta (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), isso se mostra mais desafiante diante da realidade cotidiana. Além disso, por vezes, à assistente social é imposto o tipo de trabalho a ser realizado, que leva em consideração a visão de mundo do seu empregador.

Essa precarização do trabalho da assistente social no ensino fundamental é reflexo da reestruturação produtiva, da política neoliberal e da globalização financeira, que provoca uma série de mudanças no mundo do trabalho e nas políticas sociais. Consequentemente implica além de outras coisas, num quadro de precarização estrutural do trabalho que atinge também as assistentes sociais. Este processo irá impactar diretamente no processo de trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais, pois diante da redução dos recursos na área social, viabilizar o acesso aos direitos sociais torna-se um dos grandes desafios também no trabalho das assistentes sociais. Nossa pesquisa mostrou que as assistentes sociais muitas vezes não têm recursos como, carro para fazer visitas domiciliares, ou instalações físicas adequadas para seu trabalho, tendo que dividir a sala com outros profissionais. Além disso, há relatos de falta de professoras nas unidades escolares.

Além de interferir nas condições de trabalho das profissionais, a diminuição nos recursos para as políticas sociais afetam diretamente os/as usuários/as dos serviços, através da demora ou na falta de atendimentos dos serviços sociais, como relatado pelos sujeitos da pesquisa. Sendo que nossa experiência profissional nos mostra ainda, que há em muitas escolas uma precária estrutura física dos prédios e ainda salas de aulas lotadas de estudantes, o que interfere diretamente no processo ensino/aprendizagem dos/as estudantes, no trabalho docente e das demais profissionais da educação.

Essas questões perpassam pela apreensão do Serviço Social com relação a categoria trabalho e processo de trabalho. A apreensão dessas categorias nos possibilita compreender de forma mais clara e qualificada as particularidades de atuação de assistentes sociais no ensino fundamental. Elas trazem elementos que nos dão materialidade do que é o trabalho da assistente social. Além de fazer com que avancemos na apreensão dos limites e possibilidades do trabalho profissional a partir

das dimensões do trabalho abstrato e trabalho concreto que também permeiam o trabalho da assistente social. Entretanto, não se trata de uma tarefa fácil e imediata. Este processo exige o constante exercício das mediações entre nossa capacidade teleológica e a realidade concreta na qual atuamos.

A nossa pesquisa identificou que há uma fragilidade no cotidiano do trabalho das profissionais da compreensão das categorias trabalho e processo de trabalho enquanto fundamentais para a compreensão e execução do fazer profissional.

Pensar o trabalho da assistente social a partir da dupla dimensão é considerar o trabalho nas suas determinações enquanto trabalho concreto e trabalho abstrato. Tal direção nos coloca o desafio de pensar nas possibilidades desse trabalho concreto, onde nos apropriamos da nossa capacidade teleológica de projetar onde queremos chegar. Mas ao mesmo tempo nos faz pensar nos limites de um trabalho marcado pelas determinações da dinâmica capitalista. Nesse sentido, realizar o trabalho concreto na Política Educacional do nível do ensino fundamental, a partir dos pressupostos do projeto profissional se torna ainda mais desafiador, na medida em que a área do ensino fundamental ainda não foi consolidada como um espaço sócio-ocupacional pela profissão. Podemos identificar isso, especialmente no Espírito Santo, tendo em vista o pequeno número de municípios que possuem assistentes sociais no quadro da secretaria de educação, assim como a pouca literatura sobre o tema.

Assim, pensar o trabalho do Serviço Social é pensar que nos inserimos em processos de trabalho, onde temos algumas particularidades fundamentais para nos situarmos nos diferentes espaços sócio institucionais. Nesta direção, em nosso processo de trabalho é preciso que tenhamos clareza dos elementos que o compõem: objeto, instrumentos e resultados que queremos alcançar.

Nossa pesquisa identificou várias expressões da questão social, objeto de intervenção profissional, que estão presentes no cotidiano das assistentes sociais e da comunidade escolar no ensino fundamental. Dentre elas destacam-se: dificuldade de aprendizagem dos/as estudantes, situação de pobreza vivenciada pelas famílias dos/as estudantes, violência, precarização do trabalho.

Identificamos que há uma ênfase no atendimento às demandas da escola com relação aos/as estudantes com dificuldade de aprendizado e apreendemos que, apesar das assistentes sociais terem clareza que as expressões da questão social se constituem como objeto de intervenção profissional, é preciso avançar na compreensão de suas



determinações, visto que na maioria das vezes a família é identificada como responsável pela expressão da questão social apresentada pelo/a estudante.

Essa compreensão do objeto levará a utilização de um tipo de instrumento técnico de trabalho que predominará em atendimentos individuais às famílias, através de encaminhamentos para a rede de serviços do município para o acesso às outras políticas sociais. Dessa forma, é preciso considerar o encaminhamento como um meio, instrumento do trabalho profissional e não a finalidade em si. Cotidianamente identificamos que o encaminhamento reduz-se a uma ação onde há o repasse das responsabilidades para outros setores, onde não acompanhamos se uma determinada demanda do/a usuário/a foi efetivamente atendida. É importante destacar que nossa pesquisa mostrou que a Política de Saúde é a principal recebedora dos encaminhamentos do Serviço Social, o que nos leva a compreender que há uma necessidade de apreensão dessa articulação entre Política de Educação e Política de Saúde, sem cairmos numa patologização das expressões da questão social.

Além dos encaminhamentos, outros instrumentos de trabalho são utilizados pelas assistentes sociais no seu cotidiano profissional tais como vários dispositivos legais da Política de Educação, como LDB/96, a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente são apropriados pelas assistentes sociais. Porém, não identificamos documentos produzidos pelo Serviço Social como instrumentos de trabalho utilizados, como o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e até mesmo os Subsídios Para Atuação de Assistentes Social na Política de Educação. Esses são documentos que dão identidade e qualificam o trabalho profissional e neles se expressam também as possibilidades do trabalho concreto da assistente social.

Com relação ao resultado do trabalho do Serviço Social entendemos que na etapa do ensino fundamental os produtos do trabalho profissional podem ser vários, principalmente com relação ao trabalho que incide sobre o conhecimento, a cultura, comportamento, valores e de socialização de informações que podem dar qualidade ao trabalho concreto da assistente social, por ser a Política de Educação um espaço contraditório, com projetos societários diferentes.

Nossa pesquisa mostrou que as assistentes sociais apreendem o resultado do trabalho realizado a partir do reconhecimento da secretária de educação, pela valorização e conquista do espaço pelo Serviço Social e pela satisfação e/ou mudanças positivas na vida do/as usuários/as.

Segundo as profissionais, os resultados do trabalho profissional podem ser limitados pelas condições de trabalho. Porque há situações em que não conseguem fazer um acompanhamento efetivo e realizar ações de uma forma ampla para um resultado que possa realmente incidir sobre as expressões da questão social identificadas pelas próprias assistentes sociais, dificuldade essa apontada principalmente pela precarização do trabalho.

Nesse sentido, entendemos que o trabalho profissional é determinado pela sociedade capitalista e por isso muitas vezes não conseguimos avançar no desenvolvimento do trabalho profissional que atenda as necessidades dos sujeitos usuários dos serviços sociais de forma mais ampliada. Nos últimos anos, o trabalho profissional sofre com os impactos das mudanças na Política Social a partir da ofensiva neoliberal e do processo de reestruturação produtiva. Essas mudanças também incidem na Política de Educação para se adequar às novas exigências do mercado, que aprofunda a manutenção da acumulação capitalista. É nesse sentido que, o trabalho da assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais também sofrerá as consequências dessas mudanças e a profissional terá dificuldades de realizar um trabalho com qualidade que considere as necessidades dos/das usuários/as.

Contudo, a assistente social tem uma autonomia relativa, uma vez que a profissão tem uma formação técnica qualificada e legislações que respaldam o trabalho profissional. Para a atuação na Política de Educação a assistente social encontra respaldo para seu trabalho, além das legislações como o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, também nos Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Os Subsídios trazem a concepção de Educação que contribui para nortear a atuação profissional e elementos para dar qualidade ao trabalho profissional.

Entretanto, identificamos que, apesar das assistentes sociais que trabalham no ensino fundamental nos municípios do Espírito Santo conhecerem os Subsídios de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, não o utilizam como instrumento de trabalho por entenderem que o documento é muito teórico e não se adequa a prática profissional. Esse entendimento de separação entre a prática profissional e a teoria reflete em toda uma fragmentação do processo de trabalho. A visão mecânica e imediatista de que o documento é teórico e dissociado da prática, exige da categoria profissional, e aqui destacamos o papel da ABEPSS, do conjunto CFESS/CRESS, das escolas de Serviço Social e dos próprios profissionais do campo, o desafio não

somente do rigor teórico metodológico, mas também da apropriação das normativas, resoluções e documentos como os Subsídios, que respaldam o nosso trabalho profissional. Imbuídos pela dinâmica intensificada, fragmentada e produtivista dos espaços sócio institucionais, nós assistentes sociais, acabamos sendo capturados pelas respostas imediatas e que não expressam uma intervenção qualificada junto às expressões da questão social identificadas na realidade de vida dos/as usuários/as do Serviço Social. E que acabam não expressando respostas profissionais mais qualificadas, em sintonia com nosso projeto ético político.

Essa fragilidade na apreensão dos Subsídios para a atuação profissional, reflete também na concepção de educação que norteia o trabalho das profissionais. A educação é entendida pelas assistentes sociais como um meio de melhoria de vida das pessoas, considerada como a base da sociedade. Essa concepção está em consonância com os discursos que destacam o papel salvacionista da educação, principalmente na sua forma escolarizada, em que através da instrução os sujeitos terão possibilidade de melhoria das condições de vida. Esse tipo de visão obscurece as determinações que constituem as bases da sociedade capitalista que produzem e reproduzem a desigualdade, e não contribui para uma educação crítica da realidade e que assegure modos autônomos de pensar e agir, para além da educação institucionalizada, conforme explícito no documento dos Subsídios.

Essa apreensão da educação influencia no tipo de trabalho desenvolvido pelas profissionais pesquisadas, uma ação predominantemente de cunho individual, voltada principalmente para o encaminhamento de estudantes com dificuldades de aprendizado e suas famílias para atendimentos na rede de serviços dos municípios. Tal processo nos remete a uma percepção de explicação dessas dificuldades apresentadas pelos/as estudantes através de questões familiares, o que por vezes pode responsabilizar as crianças e as famílias pelas dificuldades escolares, desconsiderando as questões políticas, sociais, econômicas e históricas presentes na Política de Educação, e na própria realidade de vida dos/as estudantes e suas famílias.

Essa apreensão também obscurece o entendimento sobre o objeto de trabalho do Serviço Social naquele espaço podendo resultar, algumas vezes, em um produto do trabalho que reforça ações conservadoras e a individualização das expressões da questão social, como situações particulares e fragmentadas da própria criança/adolescente ou da família. Logo, sem conexão com as bases que estruturam o

modo de produção capitalista, ou seja, a relação capital/trabalho que fundamenta a desigualdade social, o próprio agravamento da questão social. É claro que o tipo de trabalho desenvolvido pelas profissionais, a clareza do objeto de trabalho e seu produto, não serão determinados somente pelas escolhas éticas-políticas profissionais, visto que a profissional encontra limitações tanto institucionais quanto societárias para desenvolver sua ação. Contudo, ter clareza da concepção de educação permite a possibilidade de construção de estratégias de ação que encontram respaldo nos documentos que norteiam a profissão, em sintonia com as demandas dos sujeitos

#### **IV. CONCLUSÃO**

A pesquisa aponta a necessidade de aprofundar o debate do trabalho de assistentes sociais na Política de Educação, visto que é ainda um campo a ser consolidado pela categoria, principalmente na área do ensino fundamental. Ao finalizar a pesquisa que se propôs compreender o trabalho do Serviço Social na etapa do ensino fundamental no Estado do Espírito Santo, chegamos a algumas aproximações da realidade em que se materializa o trabalho de assistentes sociais na Política de Educação. Mas concluímos que é necessário avançar no debate teórico/prático a partir da apreensão da categoria trabalho e processo de trabalho. Particularmente, no campo da Política de Educação, identificamos que se trata de um espaço contraditório e de disputa de projetos, onde se colocam vários desafios para que possamos desenvolver um trabalho de qualidade com os direcionamentos do projeto ético-político defendido pela categoria.

#### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 2003. Disponível em: . Acesso em: mar. 2016.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; Gewandsznajder, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneiras, 1998, p. 108-188.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CFESS. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. 2013. Disponível em:

<[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)>. Acesso em: jun. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. 2009. Disponível em: . Acesso em ago. 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.